



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 02 (DOIS) ELEVADORES HIDRÁULICOS DA MARCA "ATLAS SCHINDLER", COM 04 (QUATRO) PARADAS E CAPACIDADE DE 560KG OU 08 (OITO) PASSAGEIROS, INSTALADOS NO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA_____.

Proc. TRF2-EOF-2015/00105

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____ estabelecida na _____, nº ____ - _____ - _____/____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00105, em consequência do Pregão Eletrônico nº 147/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/2015, através do despacho TRF2-DES-2015/____ lavrado à fl. ____ do Processo, FIRMAM o presente Contrato cuja finalidade é *a prestação de serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores hidráulicos da marca "Atlas Schindler", com 04 (quatro) paradas e capacidade de 560kg ou 08 (oito) passageiros, instalados no Centro Cultural Justiça Federal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva de 02 (*dois*) elevadores hidráulicos da marca “Atlas Schindler”, com 04 (*quatro*) paradas e capacidade de 560kg ou 08 (*oito*) passageiros, instalados no Centro Cultural Justiça Federal, a serem executados nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, situado na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 147/2015 e seus Anexos I, II e III, e na forma estabelecida nas cláusulas deste Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE ELEVADORES:

2.1 - Na Casa de Máquinas:

2.1.1 - **Máquina:** coroa e sem fim, rolamentos de escora e dos mancais do eixo da coroa e da polia de tração, gaxetas, juntas de vedação, retentores, aro ou polia de tração, calços de isolamento e lubrificantes.

2.1.2 - **Motor:** estator, bobinas de campo e de interpolo, rotores, armadura, coletor, rolamentos, buchas, retentores, acoplamento, escovas, porta escovas, conectores, calços de isolamento e lubrificantes.

2.1.3 - **Gerador:** bobinas de campo e interpolo, rotores, armaduras, coletor, buchas e rolamentos, escovas, porta escovas, calços de isolamento e lubrificantes.

2.1.4 - **Freio:** lonas, sapatas, pinos, articulações, buchas, núcleo, bobina, molas, polia, calços, anéis de regulação e lubrificantes.

2.1.5 - **Controle/Seletor:** chaves eletromecânicas, painéis temporizados (circuito impresso), resistores, condensadores, placas eletrônicas, relés de tempo e de sobrecarga, escovas, contatos e pinéis de segurança.

2.2 - Na caixa:

2.2.1 - Cabos de tração, do regulador, de compensação e de manobra, corredeiras das guias ou roldanas dos cursores, fita do seletor ou sensora, chaves de parada e de fim de curso, rampas, sensores eletrônicos, tensor do regulador, aparelho de segurança, para-choques, operador, suspensão da porta, sinalização e botões da cabina.

2.3 - Nos pavimentos:

2.3.1 - Fechos eletromecânicos, contatos, suspensões de portas, botões e indicadores.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - A Contratada deverá executar serviços de manutenção corretiva, visando à eliminação de defeitos, irregularidades ou desajustes que causem o funcionamento do equipamento abaixo da performance esperada, e manutenção preventiva, destinada a evitar a ocorrência mau funcionamento e a falta de segurança dos elevadores, com cobertura integral de peças e serviços, conforme elencado a seguir:

3.1.1 - Usará pessoal treinado e sob sua supervisão direta, habilitado a manter o equipamento adequadamente ajustado e em condições de funcionar com segurança;

3.1.2 - Realizar, periodicamente, inspeções, ajustes, limpezas, lubrificações e substituições de peças no final de sua vida útil, de acordo com a legislação vigente, recomendações do fabricante do equipamento e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou, na ausência destas, em consonância com as normas internacionais vigentes;

3.1.3 - Havendo necessidade de interromper o funcionamento de um ou mais elevadores, em dias úteis e no horário de expediente do Contratante, a interrupção deverá ter duração compatível com a complexidade do defeito a ser corrigido;

3.1.4 - A manutenção preventiva deverá ser feita mensalmente, e terá em vista, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

3.1.4.1 - **Lubrificação** de todas as partes dos maquinismos e dos equipamentos que devam ser lubrificados periodicamente, com o emprego de lubrificantes de tipo recomendado pelo fabricante, evitando-se o uso de quantidades excessivas;

a) as guias devem ser lubrificadas, evitando-se os excessos; pelo menos uma vez ao ano, as guias devem ser completamente limpas, usando-se, se necessário, solventes adequados para retirar o excesso de lubrificante, sujeiras e materiais estranhos;

b) o nível de óleo dos amortecedores a óleo deve ser mensalmente verificado e recomposto quando necessário;

c) os contatos e relés devem ser mantidos limpos, evitando-se depósitos de poeira ou sujeira, devendo ser lubrificados quando necessário e de acordo com as recomendações dos fabricantes;

d) os freios de segurança devem ser mantidos limpos e livres de ferrugem e sujeira; a sua lubrificação deve ser feita com frequência, particularmente

nos lugares mais expostos à oxidação, ação da água, umidade ou vapores corrosivos que possam impedir o funcionamento do freio;

3.1.4.2 - Limpeza geral;

- a) as caixas, principalmente junto às portas dos pavimentos, e os poços devem ser mantidos limpos e livres de sujeira ou entulhos e não devem ser utilizados para depósito; deve ser eliminado qualquer acúmulo de água nos poços;
- b) a casa de máquinas e de polias deve ser mantida limpa e livre de óleo ou graxa, não devendo ser permitido o uso para guarda de materiais em geral, exceto os estritamente necessários para a conservação dos elevadores;
- c) a parte superior das cabinas deve ser mantida limpa, não devendo servir para depósito de materiais de qualquer tipo;

3.1.4.3 - Verificação das condições de funcionamento e de segurança dos elevadores e realização de regulagens e ajustamentos;

3.1.4.4 - Verificação periódica do nível e, semestralmente, a comprovação da qualidade (viscosidade, impurezas) do óleo através da coleta de amostra a ser enviada a laboratório para emissão de laudo técnico, apontando suas características.

3.1.5 - A Contratada atenderá ao chamado do Centro Cultural Justiça Federal, para regularizar anormalidades de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, sem ônus para o Contratante, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais, utilizando peças originais do fabricante, a serem comprovadas através da apresentação de documento fiscal discriminando as peças mencionadas.

3.1.6 - A Contratada será obrigada a atender a chamados de emergência, na hipótese de existir usuário preso no elevador, enviando técnico em até 45 (*quarenta e cinco*) minutos após a abertura do chamado.

3.1.7 - Durante a vigência do Contrato, os elevadores deverão manter os índices de desempenho relacionados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos índices de desempenho dos elevadores	Valores Referenciais
01	Tempo de abertura das portas	1,8/2,2 s
02	Tempo de fechamento das portas	2,0/2,5 s
03	Tempo de viagem entre andares consecutivos, considerando-se um fechamento de portas break to break e ¾ da abertura de portas no andar seguinte. (Altura pé direito: 3 m)	8,0/9,5 s
04	Sistema de pré-abertura de porta no andar	0,8/1,0 s
05	Variação percentual da velocidade nominal (%)	<5,0%
06	Aceleração / desaceleração máxima (m/s ²)	1,0/1/5m/s ²
07	Jerk máximo (m/s ³)	1,0/1/5m/s ³
08	Tolerância nivelamento andar (mm)	<5,0 mm
09	Nível máximo de ruídos no interior da cabine (db)	60dB
10	Vibração vertical na viagem	10 mg
11	Vibração horizontal na lateral da viagem	15 mg
12	Número de defeitos por elevador	0 a 1

3.1.8 - A Contratada será obrigada a elaborar relatório mensal detalhado dos serviços executados, que deverá ser entregue juntamente com o documento fiscal do mês correspondente, e do qual deverão constar as informações elencadas a seguir:

3.1.8.1 - Serviços executados;

3.1.8.2 - Identificação do elevador;

3.1.8.3 - Data e horário de início e término do serviço;

3.1.8.4 - Profissionais envolvidos;

3.1.8.5 - Solução adotada;

3.1.8.6 - Peças/materiais/equipamentos substituídos;

3.1.8.7 - Tempo de paralisação;

3.1.8.8 - Medição dos índices de desempenho da tabela prevista no subitem anterior;

3.1.8.9 - Informação se havia passageiro(s) preso(s);

3.1.8.10 - Informação do número de defeitos no mês, com e sem passageiros presos, por cada elevador.

3.1.9 - Será descontado, do item referente à manutenção mensal de cada elevador, o seu respectivo índice de defeitos.

3.1.9.1 - O Índice de Defeitos (Id), mencionado no subitem anterior, é calculado conforme a seguir:

$$I_d = \frac{\sum n_d}{d_u}$$

onde: n_d = nº de defeitos; d_u = nº de dias úteis do mês.

3.1.9.2 - Considerar-se-á 01 (um) defeito a ocorrência de qualquer falha que impeça o funcionamento normal do elevador por mais de 01 (uma) hora, caso ocorra um novo defeito no mesmo dia e no mesmo elevador, somente será contabilizado 01 (um) defeito.

3.1.10 - Os passageiros não poderão ficar presos dentro dos elevadores, em virtude de falha no comando eletrônico ou nos sistemas mecânicos do equipamento, ressalvados os casos em que o elevador não possua pesador de carga e, comprovadamente, tenha sido utilizado com um número de passageiros acima do limite máximo permitido;

3.1.10.1 - Na ocorrência de paralisação de elevador por defeito com passageiro preso em seu interior, será descontado 5% (cinco por cento) do valor mensal de manutenção do respectivo elevador, a cada paralisação;

3.1.10.2 - Caso a liberação do(s) passageiro(s) não ocorra nos prazos estabelecidos 3.1.6, será descontado cumulativamente ao estabelecido no subitem 3.1.9, 5% (cinco por cento) do valor mensal de manutenção do respectivo elevador.

3.1.11 - As instalações do sistema (casas de máquinas, caixas de corrida, poços, parte superior das cabinas) deverão ser mantidas absolutamente limpas e ordenadas, observadas as recomendações contidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 3.1.4.2.

3.1.12 - No caso de eventuais serviços executados por terceiros, tais como instalações de câmeras, alto-falantes, sistemas de iluminação ou ventilação, que necessitem do acesso às instalações do elevador (caixa de corrida, parte superior da cabina, casa de máquinas), a Contratada deverá acompanhar a execução dos mesmos e, quando for o caso, orientar quanto à melhor maneira de executá-los, de modo que não haja a possibilidade de danos às instalações sob sua responsabilidade.

3.1.13 - Na hipótese da Contratada utilizar, eventualmente, mão de obra terceirizada na execução dos serviços pertinentes, ficará obrigada a comunicar o fato ao Contratante com, no mínimo, 72 (*setenta e duas*) horas de antecedência, ficando a critério do Contratante concordar ou não com o procedimento, dependendo do tipo de serviço a ser realizado.

3.1.14 - Os serviços a serem executados fora do expediente normal, deverão ser previamente agendados com o Contratante, devendo ser enviada lista de empregados, com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas do início dos serviços, para devida autorização por parte do Contratante.

3.1.15 - Efetuará testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da ABNT, sem custos para o Contratante.

a) O espaço de tempo entre duas inspeções anuais não poderá ser superior a 13 (*treze*) meses nem inferior a 11 (*onze*) meses.

b) Os orçamentos integrantes das propostas para a execução dos serviços não cobertos por este, deverão conter, além do preço global, os preços por elevador, sendo estes unitários e parciais, por item ou subitem. Os serviços deverão ser relacionados de forma clara e específica, não sendo permitidos termos gerais e vazios que apenas servirão para obscurecer a proposta.

3.1.16 - Executará todos os serviços especificados e decorrentes, sem ônus para o Contratante, quer na aplicação de materiais auxiliares e lubrificantes especiais, quer na substituição de equipamentos, componentes e peças originais, tais como:

a) Máquinas de tração, rolamentos, motor, freio, conversor estático, coletor e escovas;

b) Limitador de velocidade;

c) Painéis de comando, despachos microprocessados, transformadores de corrente/filtro, placas retro – iluminação, conjuntos eletrônicos, chaves e contadores, micro processador, módulos de potência;

d) Cabos de aço, cabos elétricos;

e) Aparelho seletor, seletor eletrônico digital, sensores óticos;

f) Polia de tração, desvio, esticadora, secundária, intermediária;

g) Limites para-choques, guias, fixadores e tensores;

h) Armação de contrapeso e cabina, coxins;

i) Freio de segurança;

- j) Carretilhas de portas, trincos, fechadores, garfos, rampas mecânicas e eletromagnéticas;
- k) Operador moline;
- l) Botões de chamada e externos;
- m) O conjunto ou parte da cabina, difusores de luz, lâmpadas, reatores, luzes de emergência e respectivas baterias, botões seletores de chamada dos pavimentos, compensadores de voltagem, alto-falantes, ventiladores e exaustores, display digital de sinalização situado nos andares, equipamentos contendo mensagens gravadas, ou alarmes sonoros bitonal;
- n) E demais peças e/ou serviços, desde que destinadas ao funcionamento do equipamento conforme performance esperada, garantindo a segurança dos elevadores.

3.1.17 - A manutenção preventiva será executada, obrigatoriamente, com programação prévia junto à Seção de Engenharia do Centro Cultural Justiça Federal.

3.1.18 - Manter plantão de emergência destinado única e exclusivamente ao atendimento de eventuais chamados para libertar pessoas retidas em cabinas ou para casos de acidentes;

3.1.18.1 - Todo o serviço de manutenção, incluindo reparos, será executado, obrigatoriamente, no horário e dias normais de trabalho da contratada.

3.1.18.2 - A execução do serviço de manutenção e/ ou reparos fora do horário normal de trabalho da Contratada, em caráter excepcional de comprovada necessidade, desde que solicitados pelo Contratante, implicará em adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras.

3.1.18.3 - Excluem-se desta previsão os serviços cuja solicitação foi efetuada dentro do horário normal, embora não atendida pela contratada; bem como aqueles verificados dentro do horário normal pela contratada, mas por ela não sanados nessa ocasião.

3.1.19 - A Contratada não assumirá a posse ou controle de qualquer parte do equipamento, que continuará sob a responsabilidade exclusiva do Contratante, como proprietária ou possuidora do mesmo, cabendo-lhe em consequência, vigiá-lo e supervisionar as normas de segurança para o seu funcionamento e uso.

3.1.20 - Na qualidade de especialista no equipamento, a Contratada só considera como qualificados para uso da chave de emergência, os seus mecânicos. Ainda que o elevador

seja aberto pelo Corpo de Bombeiros, a sua utilização deve ser impedida até a vistoria do departamento técnico da Contratada.

3.1.21 - A utilização dos equipamentos por crianças ou pessoas com limitações físicas, inclusive decorrentes de idade, só deve ser feita com devida assistência, para prevenir acidentes;

3.1.22 - A Contratada não se responsabiliza:

3.1.22.1 - por quaisquer danos pessoais ou patrimoniais resultantes ou agravados pelo uso indevido do equipamento;

3.1.22.2 - pela sua manipulação por quaisquer terceiros, por autoridades públicas ou prepostas do Contratante ainda que resultem de emergência;

3.1.22.3 - por danos resultantes ou agravados por atos do governo, greves, inclusive seu próprio pessoal, ou "lock-outs";

3.1.22.4 - incêndios, explosões, inundações, roubos, furtos, revoltas, comoções civis, guerras;

3.1.22.5 - atos maliciosos;

3.1.22.6 - força maior;

3.1.22.7 - ou ainda, resultantes de qualquer outro motivo fora de seu controle.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PLANO DE MANUTENÇÃO:

4.1. - Da Manutenção e da Assistência Técnica:

4.1.1 - As atividades de manutenção e/ou conservação efetuadas pela Contratada deverão satisfazer às leis e posturas, bem como às normas técnicas pertinentes e rotinas pré-estabelecidas pela própria Contratada.

4.1.2 - A Contratada deverá implementar os serviços de manutenção e apresentar ao Contratante as modificações que se fizerem necessárias, para devida aprovação;

4.1.3 - A Contratada deverá elaborar no prazo de até 15 (*quinze*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, Plano de Manutenção que contemple todas as atividades no subitem 3.1.2 e Cláusula Quarta, estabelecendo inclusive as datas previstas para a realização de cada serviço de manutenção preventiva;

4.1.4 - Para elaboração do Plano de Manutenção, a Contratada deverá apresentar previamente ao Contratante, cópia de todas as normas, manuais de operação, leis, enfim todos os documentos pertinentes ao estabelecimento do citado Plano;

4.1.5 - A Contratada deverá, no período compreendido entre o 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato até a modificação do atual Plano de Manutenção, prestar os serviços relativos à manutenção preventiva em conformidade com o disposto.

4.2 - Da Manutenção Periódica Planejada:

4.2.1 - Limpar, onde necessário, a unidade principal de acionamento, o equipamento de controle, as guias e fixações, a parte inferior e superior do carro, o poço e seus equipamentos, os trilhos superiores das portas internas e a casa de máquinas;

4.2.2 - Lubrificar, onde necessário, a unidade principal de acionamento, motor e equipamento de controle, as guias e todos os trilhos superiores das partes internas e externas, os mancais de polias e o equipamento de segurança, para evitar possíveis oxidações;

4.2.3 - Verificar e ajustar todas as partes móveis, corrigindo-as onde for possível;

4.2.4 – Proceder, quando necessário, à realização de testes especiais de segurança, relacionados à instalação específica, seu tipo e frequência de uso, juntamente com outras verificações;

4.2.5 - Verificar os trincos internos e externos das portas de pavimento periodicamente, bem como a operação de segurança de cada porta;

4.2.6 - Verificar a operação de abertura e fechamento das portas de cada pavimento;

4.2.7 - Testar a eficiência de todos os circuitos dos dispositivos de segurança;

4.2.8 - Verificar a correta operação de proteção contra o limite de velocidade de todas as chaves-limite;

4.2.9 - Verificar a operação de todos os botões, interruptores e quaisquer circuitos e sinais especiais;

4.2.10 - Examinar o estado das corrediças e as condições dos cabos de tração e outros cabos e correntes;

4.2.11 - Verificar, manualmente, o movimento livre do aparelho de segurança e o funcionamento das chaves-limite;

4.2.12 - Sinalizar abundantemente a área utilizada para a realização das manutenções, a fim de evitar acidentes;

4.2.13 - Deverão também ser executadas todas as inspeções, verificações, testes, intervenções e serviços pertinentes;

4.3 - Da Manutenção Periódica Planejada nas Cabines:

4.3.1 - Tarefas mensais:

- a) Verificar luz de emergência;
- b) Verificar aspectos dos componentes da cabine;
- c) Verificar funcionamento do painel de chamada da cabine;
- d) Verificar partida, parada e nivelamento;
- e) Verificar abertura, reabertura e fechamento das portas;
- f) Verificar sapata de segurança, detetor e foto-célula;
- g) Verificar funcionamento do ventilador;
- h) Limpar gotas de óleo no acrílico da cabine;
- i) Lubrificação e ajustes necessários;
- j) Limpar o teto da cabine;
- k) Verificar portas dos andares;
- l) Verificar roldanas e excêntricos das portas;
- m) Verificar cabinho de aço das portas dos andares;
- n) Verificar contatos e parafusos das portas;
- o) Limpar suspensão das portas dos andares;
- p) Verificar guias e pivô das portas dos andares;
- q) Lubrificação e ajustes necessários.

4.3.2 - Tarefas semestrais:

- a) Verificar tensão dos cabos e fixação dos mesmos;
- b) Verificar as correções superiores da cabine;
- c) Verificar a parada;
- d) Limpar passadiço, vigas, guias e ferragens;
- e) Verificar a chumbeação dos braquetes das guias;
- f) Verificar o contrapeso e correções (ajustes);
- g) Verificar operação da porta de emergência;
- h) Verificar o aparelho de segurança;
- i) Verificar calços de borracha da cabine.

4.4 - Da Manutenção Periódica Planejada nas Últimas Paradas:

4.4.1 - Tarefas mensais:

- a) Verificar funcionamento da porta da cabine;

- b) Limpar suspensão da porta da cabine;
- c) Verificar roldanas e excêntricos da porta da cabine;
- d) Verificar contato da porta da cabine;
- e) Verificar cabinho de aço da porta da cabine;
- f) Verificar operador de portas, contatos, fixação e caixa DOCB;
- g) Lubrificação e ajustes necessários.

4.4.2 - Tarefas trimestrais:

- a) Verificar guias e pivô da porta da cabine;
- b) Limpar a frente da porta da cabine.

4.5 - Da Manutenção Periódica Planejada nas Casas de Máquinas:

4.5.1 - Tarefas mensais:

- a) Verificar nível de óleo no motor e máquinas – vazamento;
- b) Limpar escovas, porta escovas e coletor;
- c) Limpar o conjunto da máquina;
- d) Limpar a casa de máquinas;
- e) Limpar o quadro de comando;
- f) Verificar chaves, temporização e manobra;
- g) Verificar fusíveis de controle;
- h) Verificar o motor;
- i) Verificar máquinas, folga, coroa-sem-fim e polia;
- j) Limpar, lubrificar e ajustar o freio, para que não haja ruídos;
- k) Lubrificação e ajustes necessários.

4.5.2 - Tarefas semestrais:

- a) Verificar e reapertar terminais frouxos no controle;
- b) Verificar calços de borracha da máquina;
- c) Verificar folga nos mancais da máquina e motor;
- d) Verificar desgaste dos cabos de aço, limpeza e lubrificação;
- e) Reapertar conexões do motor de tração;
- f) Verificar fusíveis da caixa geral e reapertar os terminais;
- g) Limpar e verificar o limitador de velocidade;
- h) Verificar o cabo do limitador de velocidade;
- i) Verificar parafusos em geral.

4.6 - Da Manutenção Periódica Planejada nos Poços/Caixas de Corrida:

4.6.1 - Tarefas mensais:

- a) Limpar o poço;
- b) Limpar e lubrificar componentes danificados no poço.

4.6.2 - Tarefas semestrais:

- a) Verificar estiramento dos cabos de tração;
- b) Verificar correções inferiores da cabine;
- c) Verificar o estado dos para-choques;
- d) Verificar o tensor do cabo do regulador;
- e) Limpar as laterais da cabine e parte inferior do carro.

4.7 - Da Manutenção Periódica Planejada nos Andares:

4.7.1 - Tarefas mensais:

- a) Verificar botões, indicadores de posição e direção;
- b) Limpar a soleira da cabine;
- c) Limpar a soleira das portas dos andares;
- d) Ajustar excêntrico das portas dos andares;
- e) Ajustar trinco de porta dos andares.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - Providenciar junto ao CREA/RJ, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, recolhendo a respectiva taxa, antes do início dos serviços. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual.

5.2 - Caso seja necessária a substituição do responsável técnico durante a vigência do Contrato, a Contratada comunicará, imediatamente e por escrito, ao gestor do Contrato, bem como providenciará a apresentação de nova ART.

5.3 - A Contratada será responsabilizada por quaisquer danos que seus empregados causarem à Administração;

5.4 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no Centro Cultural Justiça Federal, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão Contrato de trabalho com

a empresa Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

5.5 - Nos serviços desenvolvidos nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, manter e entregar os locais onde se desenvolverem, devidamente limpos e recuperados;

5.6 - Fornecer todo o ferramental, maquinaria e aparelhamento adequados a mais perfeita execução de objeto licitado;

5.7 - Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante;

5.8 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços;

5.9 - A Contratada afastará ou substituirá qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da Seção de Administração do Centro Cultural Justiça Federal, causar embaraço à boa execução do serviço;

5.10 - A sucatagem dos materiais substituídos será de responsabilidade da Contratada.

5.11 - A Contratada deverá preencher formulário (Ordem de Serviço - O.S.) para o registro das intervenções técnicas, corretivas ou preventivas, onde deverá constar todas as especificações do item 3.1.8, devendo ser entregue 1 (*uma*) via à Seção de Engenharia do Centro Cultural Justiça Federal.

5.12 - Na operação e manutenção dos equipamentos e sistemas, a Contratada não poderá, sob quaisquer hipóteses, apresentar custos adicionais referentes a serviços que porventura necessite executar para manter o perfeito funcionamento dos equipamentos do Contratante.

5.13 - O(s) Engenheiro(s) responsável(is) ou sócios gerentes da Contratada deverão estar permanentemente disponibilizados para emergências e sempre que necessário, a qualquer hora do dia ou da noite.

5.14 - O Contratante poderá, sempre que for necessário, solicitar ou exigir da Contratada pareceres ou laudos técnicos, os quais deverão ser elaborados e assinados pelo engenheiro responsável técnico da Contratada, mencionado no item anterior, devidamente registrado no CREA.

5.15 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 10 (*dez*) dias, contado a partir

do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, plano mestre de manutenção preventiva informatizado que atenda aos serviços contratados para avaliação preliminar por parte do Contratante, em programas compatíveis com o sistema operacional Windows.

5.16 - Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva constantes da relação dos serviços objeto do Contrato, dentre outros correlatos, bem como proceder à montagem e fixação, junto aos equipamentos, de pasta contendo a documentação técnica atualizada e ficha emitida pela Contratada com o histórico de intervenções.

5.17 - A Contratada não poderá executar reprogramações sucessivas que sobreponham períodos de manutenção preventiva, descritas no plano mestre de manutenção preventiva, estabelecendo um prazo limite que deverá ser informado através dos campos na emissão de cada ordem de serviço (O.S.).

5.18 - A Contratada deverá fornecer, no prazo de até 10 (*dez*) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, relação de todas as peças críticas que compõem o sistema hidráulico/mecânico/elétrico/eletrônico dos elevadores do CCJF que podem interromper o seu funcionamento.

5.19 - As peças mencionadas no item anterior deverão ser originais do fabricante, devidamente comprovado por documento fiscal, devendo ainda ser comprovada pela Contratada a existência das referidas peças em seus estoques.

5.20 - Após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá comparecer ao CCJF para estabelecer cronograma para avaliação da qualidade do óleo dos equipamentos, mediante coleta de amostra a ser enviada a laboratório visando à emissão de laudo técnico. Na hipótese de o resultado acusar que o óleo está fora de suas características técnicas originais, a Contratada deverá providenciar a troca total do óleo de ambos os elevadores, bem como a realização de limpeza de todo o sistema hidráulico e equipamentos afins, sendo o óleo fornecido pelo Contratante.

5.21 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.22 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Centro Cultural da Justiça Federal, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

5.23 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

5.24 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

5.25 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento deste Contrato.

5.26 - A Contratada responderá por quaisquer danos causados a bens móveis ou imóveis do Centro Cultural da Justiça Federal.

5.27 - A Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

5.28 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.29 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do Edital.

5.30 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

(Obs.: código SIASG: 3557)

6.1.1 - O valor total MENSAL para manutenção do elevador nº 01 é de R\$ _____ (_____);

6.1.2 - O valor total MENSAL para manutenção do elevador nº 02 é de R\$ _____ (_____);

6.1.3 - O valor total MENSAL deste Contrato (somatório 6.1.1 + 6.1.2) é de R\$ _____ (_____);

6.1.4 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

6.1.5 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

6.2 - DO REAJUSTE:

6.2.1 - Os valores contratados, referentes ao subitem 6.1.2, serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

R = *Reajuste*

I = *Nº índice da data do reajuste*

I_o = *Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste*

P = *Preço a ser reajustado*

6.2.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.2.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.2.1.

6.2.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

6.3 - DO PAGAMENTO:

6.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da

apresentação do documento fiscal, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.3.2 - O valor do documento fiscal será calculado da seguinte forma:

$$V_{1.i} = C_{1.i} X (1 - I_{dl.i} - 0,05 X n_{ppp1.i})$$

Onde:

$C_{1.i}$ é o custo mensal da manutenção do elevador;

$I_{dl.i}$ é o índice de defeitos do elevador definido no subitem 3.1.9.1;

$n_{ppp1.i}$ é o número de paralisações, com passageiro(s) preso(s), do elevador.

6.3.3 - O documento fiscal deverá ser entregue no Centro Cultural da Justiça Federal - CCJF, localizado na Avenida Rio Branco, 241, Cinelândia - Rio de Janeiro/RJ, no horário entre 12:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, na primeira semana do mês subsequente à execução dos serviços.

6.3.3.1 - O documento fiscal deverá ser acompanhado de Relatório Mensal de Manutenção, o qual será condição para viabilizar o atesto e o pagamento.

6.3.4 - Para fins do disposto no subitem 6.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

6.3.5 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.3.5.1 - A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

6.3.6 - O pagamento fica condicionado à comprovação de regularidade fiscal da Contratada junto ao Sistema de Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), por força do artigo 195, § 3º, da Constituição Federal.

6.3.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

6.3.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a

Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.3.8 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.9 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

6.3.9.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.10 - O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

6.3.10.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

6.3.10.2 - Se os serviços/materiais prestados/fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do fornecimento objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.16	085.389	

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2016, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:

8.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeita-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as

seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada no item anterior fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida;

8.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de

ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

9 - CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

9.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido mediante Termo Circunstanciado, da seguinte forma:

9.1.1 - **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

9.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

9.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços/materiais foram prestados/fornecidos de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

9.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços pactuados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 147/2015, e seus Anexos I, II e III;
- b) Proposta datada de ____/____/_____, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. ____/____ do Processo;

11.2 - Na hipótese de divergência entre as alíneas “a” e “b” prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

12.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

13.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

13.3 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.4 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

13.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.6 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

14.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

15.2 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

15.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

15.4 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

15.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

15.6 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

16.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

16.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar

à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2015.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

NOME
EMPRESA
Cargo